

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Eng.º Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

31 DEZ 1992

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
Diretor Executivo
 Fernando L. Mitre
Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente
 Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

A economia de Itamar

Mais do que no discurso de posse, foi no pronunciamento de segunda-feira passada, em Montevideu, ainda na condição de presidente em exercício, que Itamar Franco mostrou, com mais consistência e mais firmeza, a orientação que pretende imprimir à sua política econômica.

Em Montevideu, onde se realizou a terceira reunião do Conselho do Mercosul, o presidente Itamar Franco assumiu compromissos que transcenderam as meras solenidades diplomáticas e que, se observados na prática, recolocarão inevitavelmente o País na rota da modernidade da qual o presidente em exercício parecia afastar-se. Sem abrir mão dos objetivos mais importantes da política econômica que são a retomada do crescimento econômico, a erradicação da pobreza e o pleno desabrochamento dos interesses nacionais — de resto objetivo de todo o brasileiro de boa vontade —, o presidente Itamar Franco deixou de lado as vacilações que caracterizaram os três primeiros meses de mandato interino e firmou compromisso solene com a retomada do processo de abertura ao Exterior e com a política de estabilização econômica.

Em Montevideu, e também ontem, rejeitou explicitamente quaisquer recursos a ações arbitrárias que impliquem confiscos de poupança, congelamentos e imposições autoritárias “que desorganizam a vida do cidadão”, expedientes largamente utilizados desde 1986, por ocasião dos chamados choques heterodoxos, que minaram indelevelmente o crédito público. Essa tomada de posição, que antes apenas figurou timidamente em notas e em entrevistas à Imprensa e que em outros momentos ameaçou transformar-se em letra morta, passou a ser agora uma diretriz de governo, assumida perante a opinião pública brasileira e um fórum internacional.

O segundo compromisso foi o de trabalhar pela normalização das relações com a comunidade financeira internacional e de retomar as negociações com o Fundo Monetário Internacional. Isso significa que Itamar entendeu que o capital estrangeiro, de cujo concurso não abre mão, deverá desempenhar um importante papel ao longo do novo ciclo de desenvolvimento que, segundo o presidente recém-empossado, deverá iniciar-se dentro em breve.

Em terceiro lugar, em nome do governo brasileiro, Itamar reafirmou o cronograma de implantação do Mercosul. Isso significa que está mantida a data de 31 de dezembro de 1993 para a criação da Zona de Livre Comércio, isenta de restrições tarifárias ou barreiras não-tarifárias, e da União Aduaneira que exige a definição de uma tarifa externa comum aos quatro sócios do Mercosul.

Essa última decisão tem implicações que extrapolam as relações externas do País. Reafirma, antes de mais nada, o compromisso com a abertura progressiva do mercado interno à concorrência internacional e, definitivamente, deve sepultar manobras nacionalisteiras, dentro do governo, do Congresso e, mesmo, entre os empresários, daqueles que defendiam a necessidade de proteção artificial à indústria nacional sob alegação de que se devesse impedir seu sucateamento ante o acirramento da competição internacional.

Ao lembrar que as relações econômicas se estão reorganizando em blocos regionais, em direção à globalização dos mercados, e que o Brasil não pode marcar passo nesse processo, o presidente da República parece estar aceitando, também, todas as consequências desse movimento. Entre essas consequências estão as de redimensionar e reformar o Estado, adotar políticas macroeconômicas que integrem o País na economia mundial, fixar as bases para a estabilização econômica e financeira que elimine de vez a inflação e crie condições para o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, concordamos inteiramente com o presidente Itamar Franco em que o atual nível das taxas de juros conspira contra esses objetivos. Mas lembramos que a ciranda financeira e o debilitamento da saúde financeira do setor público provocado por juros extorsivos têm suas causas últimas fincadas na desordem fiscal e na desorganização do Estado, vícios que o governo tem que combater sem trêguas.

E por isso que, além de uma reforma fiscal consistente que recomponha as finanças públicas (não só pelo aumento de receitas, mas, principalmente, pelo corte de despesas), o governo não pode descuidar do processo de privatização cujo calendário vem sendo sistematicamente bombardeado por determinados interesses corporativos, mesmo depois de sacramentadas as novas regras por decreto presidencial.

Nesse sentido, insistimos em que o melhor passo que o presidente Itamar poderá dar em direção à erradicação da miséria, à melhor distribuição da renda e à superação dos graves problemas sociais que hoje enfrentamos é combater a inflação e modernizar o País. Esperamos apenas que, exorcizada agora a falsa modernidade mencionada no seu discurso de ontem, o presidente da República se reconcilie de uma vez com o verdadeiro sentido da modernidade (aquele que fez a riqueza dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão), passe dos princípios à ação e reintegre o Brasil na História do mundo.